
V. 11, JAN./DEZ. 2021

NEIDE ANDRADE DA SILVA
Universidade FUMEC
, Brasil
neideandradea@yahoo.com.br

RESENHA

Editor
Alfredo Passos
profdrpassos@gmail.com

Como referenciar - ABNT
Revista Inteligência Competitiva, v.
11, p. 22-23, jan./dez. 2021

RECEBIDO EM: 28/06/2020
APROVADO EM: 26/11/2020

©AtelieBrasil
Rua Pe. Guilherme Pompeu, n 1,
Centro- Santana de Parnaíba
06501-055 - São Paulo - Brasil

DENHARDT, R. B. **Teorias da Administração Pública** São Paulo: Cengage learning, v 1, p. 97-127, 2012. (Tradução da 6ª edição norte-americana).

No capítulo quatro do livro Teorias da Administração Pública Denhardt, o qual é professor de Administração Pública da Universidade do Arizona, inicia sua discussão, apoiado em uma relevante e vasta literatura de teóricos renomados como Allison, Barnard, Cyert, March, Dahl, Horkheimer, Kaufman, Lindblom, March, Simon e Thompson, afirmando que os comportamentos são parecidos entre organizações públicas e organizações privadas e que os comportamentos são diferentes entre organizações grandes e organizações pequenas.

Apresenta ainda neste texto as críticas de Herbert Simon (1946) às teorias precedentes, pois as teorias administrativas, até então, falavam sobre autoridade, centralização, amplitude de controle e função sem se preocupar com as definições operacionais para esses termos.

O pensamento de Dahl também é apresentado, por meio do qual a eficiência e o caráter não racionais do comportamento humano são ressaltados. Dahl afirma: “Não podemos lograr uma ciência [da administração], criando no homem administrativo mecanizado um descendente moderno do homem racional do século 18” ...

O indivíduo racional é, e deve ser organizado e institucionalizado. Quanto a esta fala de Simon, o autor externa: “Obviamente, falar de racionalidade dessa maneira é dar ao conceito um sentido muito mais restrito e técnico do que ele contém em outros contextos”.

Denhardt conclui este capítulo evidenciando que no mesmo foram examinados o modelo racional de administração e algumas questões geradas pelo mesmo e chama nossa atenção para a durabilidade deste modelo que, embora tenham aparecido inúmeros desafios, continua presente no âmago da reflexão sobre as organizações públicas. No entanto, explicita que atualmente estão se desenvolvendo certas abordagens que começam a desafiar o modelo apresentado neste texto.

Visualiza-se claramente neste capítulo que as contribuições trazidas por Denhardt são de extrema relevância para o gestor, o qual passa a fazer diversas reflexões acerca do processo administrativo. Neste sentido, ao analisar-se as ideias de Simon constata-se que as mesmas marcam um novo período na ciência social, pois focalizam o comportamento humano no processo de tomada de decisão e resolução de problemas organizacionais.

Nesse contexto observa-se que as abordagens estudadas apresentam enfoques e níveis explicativos diferenciados, propondo reflexões sobre aspectos e variáveis relevantes, entre outros, do processo de decisão. Verifica-se que antes de existir divergências profundas existem, na maioria das vezes, nessas abordagens pontos que se complementam.

Este fator cobre lacunas e abre relevantes possibilidades de aplicações práticas e teóricas do conhecimento sobre a decisão e os processos decisórios. É válido evidenciar ainda que tais conhecimentos são bastante benéficos para as organizações, sejam elas públicas ou privadas.

Observa-se no texto que há uma relação muito próxima entre estratégias ou métodos de decisão e estruturas organizacionais. Assim, a ideia de um modelo ideal ou definitivo deve ser relativo. Isto é, deve à priori ser aplicado em qualquer contexto organizacional, contexto este que deverá ser compreendido enquanto uma construção social inacabada.

Percebe-se ainda que nesse construto social inacabado ocorre a interação dos atores continuamente, onde quem toma as decisões ganha centralidade e as variações do processo de tomada de decisão acabam sendo definidas pelo seu comportamento, as quais se apresentam relacionadas tanto a limitações cognitivas, quanto ideológicas próprias ou de outros envolvidos.

Nos processos decisórios devemos considerar não somente a perspectiva comportamental, mas a política também, pois a presente realidade vem se tornando cada vez mais complexa e exigente. Dessa forma, se deve pensar e repensar permanentemente tais processos.

Diante desse cenário, se faz relevante e necessário conhecer as teorias que fundamentam os processos decisórios, pois se sabe que para se tomar uma decisão se deve escolher o caminho mais adequado e para isso há necessidade de conhecimentos que possibilitem tomar a melhor decisão o que, na maioria das vezes, não é uma tarefa fácil.

Diante desses relevantes pressupostos, percebe-se, explicitamente, que o processo de tomada de decisões apresenta complexidades que necessitam ser compreendidas, para se buscar as melhores estratégias na tomada de decisões dentro de uma organização, tanto no âmbito público, quanto no âmbito privado.

Muitas outras contribuições estão inseridas no bojo deste capítulo sobre o modelo racional de organização apresentado nesta obra de Denhardt, o qual apresenta limitações, mas ainda é bastante discutido pelos mais renomados teóricos como é o caso de Robert Denhardt.

Por fim, após análise detalhada desta obra, não restam dúvidas da urgente necessidade de gestores e futuros gestores buscarem o conhecimento técnico do processo decisório, a partir do qual se pode gerar novos conhecimentos e aprimoramento das teorias e dos modelos já disponíveis.